

Roberto Teixeira da Costa: Cultura é pilar para um projeto de nação

É preciso dar a devida relevância às atividades artísticas, tão afetadas pelas medidas necessárias para combater a pandemia de covid-19

Roberto Teixeira da Costa

05/02/2021, Valor Econômico

1. A pandemia no mundo e os apoios governamentais

Nos momentos de crise, quer de natureza econômico-financeira ou social, as sociedades e seus agentes têm que se ajustar a uma nova realidade e pagar um preço até que fatores geradores da crise sejam superados.

Aqui vamos nos referir à questão cultural no seu sentido mais amplo.

A crise atual, caracterizada a partir de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou e caracterizou a existência de uma pandemia, foi adquirindo contornos cada vez maiores e se alastrou de tal forma que deixou governos diante de um quadro de crise nunca antes vivenciado.

O setor artístico e cultural foi extremamente afetado, o que obrigou diferentes governos a tomarem iniciativas para aplacar seus efeitos e minimizar suas perdas.

A cultura, lato sensu, possui diferentes aspectos de exponencial relevância para o desenvolvimento de países democráticos, mas nem sempre é reconhecido por sua dimensão econômico-financeira, política e social. Em 2019, as atividades e indústrias ligadas à cultura contribuíram US\$ 2,25 trilhões para a economia global (3% do PIB) e representaram 29,5 milhões de empregos em todo o mundo. Esses números sobre os empregos diretos e indiretos gerados pela atividade cultural, aqui e no exterior, apontam a importância da atividade para diferentes formações especializadas e para o desenvolvimento econômico-social de um país.

Vale ainda lembrar a atividade cultural como ponto de atração do turismo, que representa substancial fonte de divisas para a economia. O turismo cultural representa 40% das rendas mundiais do setor.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo internacional terminou 2020 com uma queda entre 70% e 75%, e perdas dez vezes maiores que durante a crise financeira de 2009.

Em momentos críticos, como os vivenciados em 2020, não tivemos no país apoio e respostas compatíveis com sua importância.

A quem cabe responsabilizar? Aos gestores do setor, em cada uma das diferentes estruturas de poder? Aos governantes, por não reconhecerem sua importância relativa na formação do país ou consideraram alternativas diante de recursos escassos?

O setor carece de porta-vozes de seus interesses, pessoas e instituições com presença reconhecida e que possam, como se diz popularmente, “botar a boca no trombone”?

Não pretendemos discutir quais os setores que neste momento delicado e difícil que estamos passando conseguem ter maior representatividade. Essa é uma realidade, e não nos cabe colocar na balança de quem é mais importante.

Nos países desenvolvidos, parece inquestionável haver maior reconhecimento das atividades artísticas culturais fundamentais para a formação de uma nação e de seus valores. Vale lembrar a importância do teatro e da música erudita.

Vimos, em alguns casos, diferentes setores da sociedade clamando por maior apoio do governo para diminuir o impacto da crise, quer sobre a atividade de museus, galerias de arte, representações de toda natureza e cinema, enfim, tudo que a eles estivesse ligado, não só para preservar o núcleo básico de suas atividades como também, e principalmente, proporcionar ajuda financeira para aqueles que perderam seus empregos.

A partir de fevereiro e março, aqui e no exterior, diversas instituições culturais foram fechadas por tempo indeterminado, tendo em grande parte suas atividades divulgadas via plataformas digitais.

Os apoios ou estímulos financeiros proporcionados por diferentes entidades estatais foram destinados à preservação do seu acervo cultural e manutenção do emprego.

Muitas organizações culturais, editoras, livrarias e prestadores de serviços ligados a essas atividades fecharam suas portas definitivamente, representando grande perda para suas comunidades.

Os chamados “art dealers” estimam que durante a pandemia um terço das galerias comerciais paralisaram suas atividades em todo mundo, podendo chegar a 60% para aquelas menores e sem apoio local.

Diante desse cenário, quase caótico, diferentes governos anunciaram programas com estímulos fiscais e pacotes de apoio, que incluíam recursos destinados especificamente a arte e cultura, e também entidades filantrópicas e diferentes setores industriais levantaram recursos para apoiar atividades culturais.

Vale destacar a iniciativa #artistsupportpledge, em que artistas se mobilizaram e criaram um sistema no qual um artista, ao vender £1.000 de suas obras, se comprometia a comprar £ 200 da obra de outro artista.

Destacamos algumas iniciativas governamentais, começando pela Austrália, com um pacote de US\$ 27 milhões para as artes; Canadá, US\$ 60 milhões como financiamento antecipado para suas 1,1 mil organizações culturais; Itália, 110 milhões de euros para empréstimos para aqueles grupos com necessidades especiais; no Reino Unido, a Associação de Museus sugeriu que o governo redirecionasse £ 120 milhões ao Festival Britain, programado para 2022 para apoiar museus em crise financeira. O governo inglês em abril de 2020 se comprometeu a cobrir toda doação feita pelo público ou de instituições para artes; Estados Unidos, US\$ 75 milhões para o National Endowment of Arts e a mesma soma para o National Endowment for the Humanities.

Foram publicados pela Unesco números que nos dão a dimensão do impacto do coronavírus nas atividades culturais.

*Cerca de 12% dos museus da América Latina e do Caribe temem encerrar suas atividades de forma definitiva;

*US\$ 10 bilhões de prejuízos estimados na indústria cinematográfica mundial ao fim de maio

*75 milhões de empregos foram perdidos nas viagens e setores de turismo

*95% dos estimados 95 mil museus em todo o mundo tiveram que fechar em maio devido à covid-19. Muitos venderam importante parte do seu acervo para sobreviver.

Acrescento alguns pensamentos a respeito do setor cultural mundial:

* “Repensar o futuro da cultura significa a ver como muito mais que um setor econômico. É uma necessidade global que apoia todos os aspectos de nossa sociedade. Não é um custo, é um propósito. Não deve ser deixada à margem dos esforços de recuperação, mas deve ser uma parte central deles.” (Audrey Azoulay, diretora-geral da Unesco)

* “Na cultura podemos encontrar um porto seguro. Vamos transformar esta crise numa renascença da cultural mundial.” *(Dario Franceschini, ministro de Patrimônio e Atividades Culturais e Turismo da Itália)

* “A cultura sempre nos salvou no passado, e desta vez não será diferente.” (Alejandra Frausto Guerrero, ministra de Cultura do México)

* “A cultura pode — e deve — nos aproximar, aumentar o comprometimento internacional e restaurar esperança e confiança.” (Zhang Xu, vice-ministro de Cultura e Turismo da China)

Com fatos e números, procurei dar uma dimensão do impacto da covid-19 na arte e na cultura em diferentes países do mundo, ressaltando a relevância do setor para o desenvolvimento do planeta.

2 - A pandemia no Brasil e seus efeitos na área cultural

Não precisamos ir a um passado distante para analisar a pouca relevância da cultura na formulação das políticas públicas de diferentes governos. Assim como não há evidência de sua importância no contexto dos programas governamentais.

Se assim não acontecia no passado, no atual governo muito menos!

O presidente Bolsonaro não tem demonstrado sensibilidade e atribuído relevância para o setor cultural. Vários analistas mencionam seu distanciamento do setor, visto por muitos como dominado pela esquerda, com posições-chaves ocupadas por membros do “partidão” em diferentes segmentos. Como reconhecidamente o presidente e seu “inner circle” têm posição ideológica de extrema-direita, a cultura no atual governo perdeu seu status ministerial e passou a ser uma secretaria.

Até aí, poderíamos entender, porque em alguns países a cultura é privilegiada sem ter necessariamente representação ministerial, mas os quadros oficiais são preenchidos por representantes de setores que os agrupam, sem viés ideológico, com reconhecida competência e conhecimento.

Não foi a isso que assistimos, pois inicialmente a cultura foi alocada no então criado Ministério da Cidadania, onde seu então titular reconheceu não ter qualquer afinidade e vivência com o setor. Na sequência, foi transferida para o Ministério do Turismo, que teria vínculos com o setor tendo em vista a relevância da cultura como fator de atuação do turismo. Mas seu titular também não deu indicação de estar afinado com as necessidades do setor e foi substituído pelo presidente da Embratur.

Mas não foi só a mudança de status que afetou o setor. Cargos-chaves da secretaria e do seu segundo e terceiro escalão foram preenchidos em muitos casos por pessoas que não tinham preparo ou ligação profissional com seus setores, fazendo declarações infelizes, desprovidas de qualquer racionalidade.

Em outros países, investimentos oriundos de diferentes participantes se desdobraram para atender precariedades que ficaram evidentes com a pandemia, o que aqui não percebemos.

Sobre o Plano Nacional de Cultura, “O Globo”, em capa do Segundo Caderno, trouxe reportagem sob o título “Mapa sem rumo”. Criado há dez anos, o Plano Nacional de Cultura atingiu apenas 4 das 53 metas estabelecidas. Para especialistas, a troca constante de titulares da pasta e excesso de medidas prejudicam sua execução.

Instituído após uma década de discussões entre o governo federal e representantes do setor, o PNC tinha como objetivo filmes de longa-metragem nacionais e criação de empregos formais no setor cultural, que vêm caindo desde 2013.

O governo Bolsonaro, pressionado pelo não cumprimento das metas e a demora em apresentar resultados, editou a Medida Provisória 1.012/20, ampliando em dois anos o antigo plano, considerado pelo setor como insuficiente.

Malvino Salvador, ator e empresário, também colocou a cultura na dimensão que deveria ter em nossa sociedade, em entrevista concedida a Mônica Bergamo na “Folha de S. Paulo”, em 22 de outubro, na qual afirmou:

“O que eu venho percebendo é uma tentativa de vilipendiar a cultura. Não entendem que é preciso haver fomento. É preciso se pensar na cultura como se pensa no agronegócio e em outras áreas importantes, é preciso injetar dinheiro. O que me angustia nestes últimos anos é perceber uma violência desmedida e descabida contra ela. Virou a Geni.

É difícil as pessoas reconhecerem o quanto ela é importante para o país. A cultura é que faz a união e a identidade de um povo. A Lei Rouanet virou como se fosse uma coisa do diabo, onde as pessoas ganham dinheiro adoidado, e não é assim. A gente sabe que existem distorções, sim, é preciso corrigir, mas tem uma infinidade de gente que vive da cultura através de incentivos fiscais”.

Também em 20 de dezembro, “O Globo”, ocupando página inteira do “Segundo Caderno”, sob o título “Devagar quase parando”, fez uma retrospectiva do setor cultural nos seis meses do novo secretário, Mário Frias, na Cultura, em que produtores sofreram com a estagnação de projetos de financiamento da Lei dos Incentivos e do Fundo Setorial do Audiovisual.

Depois de vários meses de desencontros e numa fase já adiantada da pandemia, o Congresso Nacional aprovou legislação para atender ao setor, que registraremos na sequência.

Em 23 de dezembro, foi anunciado pelo secretário Frias a criação de metas para análise de seis prestações por dia, e foi definido que até “equilibrar o passivo”, a prioridade seria patrimônio, museus e acervos. Como reação, as entidades culturais entraram com mandato de segurança na Justiça Federal.

Em 31 de dezembro, o governo Bolsonaro barrou mais de 200 iniciativas que receberiam recursos com a iniciativa privada através da Lei de Incentivo à Cultura, que aguardavam somente a publicação da autorização no “Diário Oficial”.

Para Eduardo Barata, presidente da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro (APTR), a execução da lei demonstrou a fragilidade dos órgãos responsáveis e a “indiferença” do governo federal em relação à cultura no país.

3 - A cultura em São Paulo em 2020

Infelizmente, devido às condições financeiras do Estado de São Paulo, bem como de outras unidades da federação, que tiveram suas receitas tributárias fortemente afetadas pela sensível queda das atividades econômicas que ocorreram em todo país, os recursos destinados à cultura foram sensivelmente reduzidos.

Para que se tenha uma ideia da penúria dos recursos da cultura, os percentuais abaixo indicados dão a dimensão do quadro. Os percentuais se referem ao que a cultura teve alocado para suas atividades:

* 2010 - 0,35

* 2017 - 0,33

* 2018 – 0,31

* 2019 – 0,39

* 2020 – 0,32

O que constatamos é que, independentemente da crise de 2020, os percentuais anteriores não se alteraram e são claramente insuficientes.

Comparando com muitos países do mundo, podemos constatar que São Paulo tem uma atividade cultural intensa, desafiadora e diversificada, que é razão desse destaque.

Vale ressaltar o número de museus da capital que estão sob jurisdição da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. Pouquíssimos países têm uma cidade com um número tão expressivo de museus e atividades culturais.

Dentre os 17 museus e casas de cultura, destacamos:

Museus e casas de cultura na capital

- * Casa das Rosas
- * Casa Guilherme de Almeida
- * Casa Mário de Andrade
- * Estação Pinacoteca
- * Memorial da Resistência
- * MIS Experience
- * Museu Afro Brasil
- * Museu Catavento
- * Museu da Casa Brasileira
- * Museu da Diversidade Sexual
- * Museu da Imagem e do Som
- * Museu da Imigração
- * Museu da Língua Portuguesa (2021)
- * Museu de Arte Sacra
- * Paço das Artes
- * Pinacoteca do Estado

Os museus do interior: Museu Casa de Portinari (Brodowski) e Museu do Café (Santos).

Está sob a responsabilidade da secretaria a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura, Cultura FM e Cultura Brasil).

Destaco também os centros culturais: Complexo Cultural Júlio Prestes (2021) e Fundação Memorial da América Latina, além de importantes bibliotecas e escolas de música (a de Tatuí é muito importante).

Em matéria publicada em “O Estado de S. Paulo” em 27 de novembro, o diretor cultural do Itaú, Eduardo Saron, comentou que o universo da economia criativa perdeu 691,1 mil postos de trabalho no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

“Os trabalhadores da chamada economia criativa são aqueles que atuam em negócios baseados no capital intelectual e cultural e que geram valor econômico a partir da criatividade. Ou seja, onde economia e cultura se encontram. Ou onde a cultura deixa de ser entretenimento e se torna saída social.

Um mapeamento da indústria criativa no Brasil, publicado em 2016 pela Firjan, uma organização privada com mais de 7,5 mil empresas associadas, mostrou que a área gerou uma riqueza no valor de R\$ 155,6 bilhões para a economia brasileira em 2015.

Um estudo do Itaú Cultural mostra o estrago no setor provocado pela pandemia desenfreada. Segundo estudo divulgado ontem (26 de novembro), o meio da economia criativa sofreu um golpe de 9,94%, fazendo com que as 6.958.484 pessoas que ganhavam a vida no setor em junho de 2019 se tornassem 6.266.560 um ano depois. O Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural, que monitora a evolução econômica da indústria criativa no Brasil, mostra que o impacto maior foi entre os trabalhadores mais ligados a atividades culturais. Neste caso, a queda foi de 49%, caindo de 659,9 mil trabalhadores em junho de 2019 para 333,7 mil.”

A Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, em 30 de dezembro, informou ter efetuado o pagamento da renda básica emergencial prevista na Lei Aldir Blanc para 2,5 mil profissionais, totalizando R\$ 7,67 milhões. Até essa data, também foi realizado o empenho para pagamento de 4.095 projetos culturais no valor total de R\$ 264 milhões. Ao fim do ano o governo recebeu R\$ 281 milhões, sendo R\$ 264 milhões relativos à cota estadual e R\$ 17.684,423,00 referentes a reversão de valores não utilizado pelos municípios.

4 - Legislação emergencial

O governo conseguiu introduzir algumas alterações na Rouanet. Em linhas gerais, o propósito e os mecanismos básicos foram mantidos, o que impediu a paralisação de inúmeras instituições públicas.

A Lei n 14.017, de 29 de junho de 2020 (1) (Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc), depois de sete meses de muita mobilização de diferentes setores — e de parlamentares, quando estiveram reunidos com artistas, consultores, especialistas, técnicos de tecnologia da informação —, estabeleceu mecanismos e critérios para garantir apoio aos trabalhadores da cultura com a manutenção de territórios/espços culturais que tiveram suas atividades interrompidas.

No caso da cidade de São Paulo, os repasses da lei foram projetados em R\$ 70.854.050,80, que deveriam ser investidos no pagamento de subsídios a territórios e espaços culturais, além de editais contemplados às mais diversas linhas artísticas. Teoricamente, esses recursos iriam somar-se ao plano municipal da cultura e ao setor artístico lançados em março.

Para elaboração do decreto municipal foi criado um grupo formado por representantes da sociedade civil e da prefeitura, com o objetivo de pensar nas melhores soluções para a destinação dos recursos, além de acompanhar e fiscalizar as ações previstas. Foi estipulado que 30% dos recursos seriam destinados para o atendimento aos territórios e espaços culturais e 70% para editais (em 2018 o Dieese identificou a existência de 1.044 estabelecimentos de economia criativa).

Foi anunciado pela imprensa em 22 de outubro que se iniciaria o pagamento de R\$ 797 mil do auxílio emergencial para os profissionais dos setores cultural e criativo, sete meses após ter sido decretada a calamidade pública do coronavírus. Ficaram dúvidas sobre a distribuição de seu valor. Pela demora, é possível que alguns dos beneficiários já tenham recebido o auxílio emergencial, não sendo possível acumular ambos, o que parece óbvio, mas de difícil fiscalização.

Segundo anunciado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, 50% dos 14 mil profissionais da cultura no Estado que se inscreveram para receber a renda básica da Lei Aldir Blanc não atendem aos requisitos legais para obter os recursos. Por outro lado, a pasta afirma que 4 mil dos 5 mil projetos inscritos no Proac Lab, que vai distribuir via editais R\$ 256 milhões, deverão ser apoiados pela secretaria.

Proponentes de projetos nas áreas de teatro, dança, artes visuais e economia criativa temem que a Secretaria Especial de Cultura deixe de aprovar suas propostas a tempo, o que poderia acarretar a perda de patrocínios já encaminhados.

Até 17 de dezembro, mais de 200 projetos encontravam-se parados no gabinete do secretário de Fomento, o que justifica o clima de apreensão no setor, que vê na mudança de perfil de funcionários da secretaria um sinal de que a retomada se dá por caminhos tortos — como o da letargia decisória.

No apagar das luzes de 2020, o presidente da República editou medida provisória (MP) que prorroga o prazo da utilização do auxílio emergencial da Lei Aldir Blanc para 2021. A MP autoriza o pagamento do benefício com os recursos já aprovados em 2020 e destinados ao cumprimento da lei, mas que ainda não tenham sido utilizados. Ao todo, o governo transferiu R\$ 3 bilhões para Estados e municípios para auxiliar pequenos artistas e espaços de cultura. Caso prefeitos e governadores queiram aumentar o valor dos benefícios repassados, deverão fazer a complementação com recursos próprios. A projeção é que 700 mil trabalhadores sejam beneficiados. Foi acertada a decisão de prorrogá-lo.

Considerações finais

Apesar de não atuar diretamente no setor, ao longo de minha vida profissional acumulei razoável convivência com a área, o que me levou a dedicar-me à preparação deste ensaio.

Fui presidente do conselho do Museu de Arte Moderna de São Paulo, membro do conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; Museu Lasar Segall; do processo de recuperação financeira do Masp, tendo participado do seu conselho; e atualmente como membro do Museu Brasileiro de Escultura e Ecologia (MuBE). Ocupei também o conselho da Cinemateca e a presidência da Sociedade Amigos da Cinemateca, totalmente esquecida por administrações recentes com seu valioso acervo de restauro (considerado um dos maiores do mundo), que passa atualmente por situação de quase total abandono, indicando claramente o desapego do governo federal por uma instituição de porte mundial. Componho o Comitê de Gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Sobre a Cinemateca, em texto publicado em 3 de novembro, o cineasta Walter Salles (2) afirma que em 2011 a Federação Internacional de Arquivos Fílmicos, a Fiaf, considerou a Cinemateca Brasileira uma das três melhores do mundo. No mesmo artigo, menciona carta escrita por Martin Scorsese, presidente da Film Foundation, em que cita:

“Escrevo para manifestar minha preocupação com a Cinemateca Brasileira. Preocupação não é a palavra adequada. Trata-se de angústia e absoluta incredulidade. A possibilidade de que a maior coleção audiovisual da América Latina tenha sua verba suspensa em meio a uma pandemia é totalmente inconcebível.

As artes não são um luxo — são uma necessidade, como bem o demonstra seu papel incontestável na história da humanidade. E a preservação das artes, especialmente de uma tão frágil quanto o cinema, é

um trabalho difícil, mas essencial. Esta não é minha opinião. É um fato. Espero sinceramente que as autoridades federais do Brasil abandonem qualquer ideia de retirada do financiamento e façam o que precisa ser feito para proteger o acervo e a dedicada equipe da Cinemateca”.

Em 2 de dezembro de 2020, foi noticiado pelo secretário nacional de Audiovisual, Bruno Cortês, que a Cinemateca Brasileira passará a ter a gestão de uma organização social durante os três primeiros meses de 2021, e uma nova entidade será contratada.

Segundo Cortês, “é incrível e um verdadeiro polo cinematográfico em termos de espaço físico e da quantidade de acervo. Muito positivo esse reconhecimento e a motivação do secretário. Vamos aguardar os resultados”.

Espero ter conseguido conscientizar os diferentes segmentos envolvidos com a arte e a cultura para a dimensão do setor e sua relevância para a economia nacional e que ultrapassa nossas fronteiras.

No entanto, as informações aqui constantes demonstraram que os recursos para o setor são praticamente os mesmos de anos anteriores, apesar de sua atuação mais ampla e do incrível potencial que representam para a recuperação da economia e conseqüente geração de empregos.

Portanto, vamos correr atrás de maiores recursos do setor público e privado. São Paulo precisa e merece. O Brasil obviamente também!

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários(CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)

Notas

1) www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628

(2) www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/11/ameaca-de-bolsonaro-a-cinemateca-sensibi

Esse artigo foi publicado originalmente em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/02/05/roberto-teixeira-da-costa-cultura-e-pilar-para-um-projeto-de-nacao.ghtml>